

PRINCIPAIS CONQUISTAS

20° GRITO DA TERRA BRASIL

Brasília, 12 a 22
de maio de 2014



ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
Terra, Agroecologia e Soberania Alimentar



REFORMA AGRÁRIA

As negociações com o governo federal afirmaram a necessidade de ampliar e dar mais qualidade às ações de reforma agrária que vêm sendo executadas, tanto para a obtenção de terras como no desenvolvimento dos projetos de assentamento, de modo a atender à demanda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Neste ano, o processo de negociação da pauta esteve articulado com os desdobramentos que se tornarão possíveis a partir das conquistas obtidas junto ao Congresso Nacional, com a aprovação de leis que atenderam às antigas reivindicações do Grito da Terra. Foi aprovado o Projeto de Lei 362/2006, que permite melhorias nas condições do Programa Nacional de Crédito Fundiário e, também, a Medida Provisória 636/2013, que assegura a remissão e renegociação de dívidas dos assentados e uma nova forma de aplicação dos créditos nos projetos de assentamento. É importante destacar que estas conquistas no legislativo, que possibilitarão avanços importantes na execução da reforma agrária, só foram viabilizados pela pressão do movimento sindical junto ao Congresso Nacional e ao governo.

Em síntese, as principais medidas negociadas com o governo em relação à reforma agrária foram:

OBTENÇÃO DE TERRAS:

1. Desapropriação: O governo se comprometeu em editar 150 Decretos de Desapropriação e em criar 274 novos assentamentos, até o final deste ano.

Visando ampliar e dar efetividade a esta ação, parte da negociação foi realizada diretamente com alguns Superintendentes Regionais do Incra, que foram chamados à presidência do órgão para analisarem, junto com os representantes das FETAGs, a situação dos processos que tramitam no Incra e que somam 662 imóveis de interesse do MSTTR em todo o Brasil.

Foi também assegurada a continuidade destas reuniões envolvendo o Incra, as FETAGs e a CONTAG, para assegurar o acompanhamento e a conclusão das ações.

2. Adjudicação de terras para a reforma agrária: Atendendo a uma demanda histórica do movimento sindical, foi assinada uma Portaria Conjunta entre o MDA e Advocacia Geral da União que permite que as áreas de terras de devedores da União possam ser incorporadas ao processo de reforma agrária, para serem distribuídas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

3. PNCF: Serão elaboradas com urgência as novas normas para atualização e melhoria nas condições do PNCF, considerando as possibilidades oriundas da aprovação e sanção do PL 363/2006, em um processo que contará com a participação do MSTTR. Foi assegurado, também, o compromisso de manutenção das operações atuais do programa, mantendo o processo de transição até a aprovação das novas medidas.

4. Regularização fundiária: A negociação envolveu a participação conjunta do Incra, da Secretaria de Ordenamento Agrário (SRA) e da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia – SERFAL.

O Incra afirmou que está empenhado em concluir o trabalho do GT Interministerial que pretende construir o sistema integrado de dados sobre a estrutura fundiária e articular as ações de regularização fundiária entre os diversos órgãos, comprometendo-se em buscar atender à reivindicação do 20º Grito e garantir a participação da CONTAG neste GT. Também informou que em 2015 deverá ser implantando o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

A SRA se comprometeu em manter as ações que realiza em convênio com os governos estaduais para realizar o cadastro e o georreferenciamento de propriedades e atuará para expedir em torno de 80 mil títulos até o final de 2014.

A SERFAL assumiu o compromisso de realizar, em conjunto com as FETAGs da região, o levantamento das demandas prioritárias em cada estado para serem atendidas neste ano. Para tanto, organizará um seminário envolvendo os representantes do MSTTR e os responsáveis pelo programa Terra Legal, visando planejar as ações para atendimento destas prioridades.

DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO:

1- Organização dos assentamentos: Com a aprovação da Medida Provisória 636, que permitirá mudanças positivas na forma de organização dos assentamentos, foi assumido pelo Incra o compromisso de ampliar o debate com o movimento sindical, visando assegurar a implantação das medidas que possam viabilizar maior qualidade às áreas de reforma agrária. Neste sentido, será realizado um seminário nacional, visando aprofundar temas como o financiamento da reforma agrária, as formas de destinação de crédito e a estruturação produtiva das áreas, as demandas diferenciadas para os serviços de ATER de acordo com as realidades regionais, infraestrutura e controle social das políticas públicas, dentre outros.

2- Apoio à comercialização: A presidência do Incra expedirá orientação às Superintendências Regionais do órgão para que ampliem a divulgação para as FETAGs e para os assentados sobre os programas Terra Sol e Terra Forte, assegurando maior acesso das famílias a estes instrumentos. Especialmente, será estimulada a participação dos assentamentos nas feiras locais para comercialização de produtos, prioritariamente os agroecológicos e voltados à alimentação, apoiando os interessados com a disponibilização de instrumentos como tendas, balanças, embalagens, dentre outros, com a logomarca dos produtos da reforma agrária.

Esta ação poderá ser potencializada com a efetivação de um convênio entre o Incra e a CONTAG para realizar capacitação voltada para ampliar a ação dos Agentes de Ater de forma articulada com a realização de outros programas destinados aos projetos de assentamento.

Acompanhamento e Monitoramento da Pauta de Reforma Agrária: Foi firmado o compromisso com a presidência do Inbra de realizar reuniões e encontros nacional e regionais, com a participação dos diretores do Inbra nacional, dos superintendentes regionais, da CONTAG e das FETAGs, para monitorar a efetivação da pauta negociada.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Assegurar a continuidade do GT Rural e dos debates por critérios de Dissociação e de Representatividade para a construção de uma proposta do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo que a suspensão de tramitação de processos de Registro Sindical de entidades de categorias específicas no campo permaneça até a conclusão final dos debates do GT Rural.

Foi informado pela Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que será criado um grupo de trabalho, com a participação da CONTAG assegurada, para estudar os novos critérios para registro sindical, com previsão de, em 45 dias, esgotar a discussão. Até lá, serão paralisadas as análises de novos registros sindicais.

POLÍTICA AGRÍCOLA

No 20º Grito da Terra Brasil, a CONTAG colocou no centro das reivindicações a política de garantia de renda na Agricultura Familiar, visando avançar na conquista de Políticas Públicas para um desenvolvimento rural sustentável e solidário, tendo na Agricultura Familiar e na Agroecologia suas principais referências de modelo de produção de alimentos saudáveis para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população.

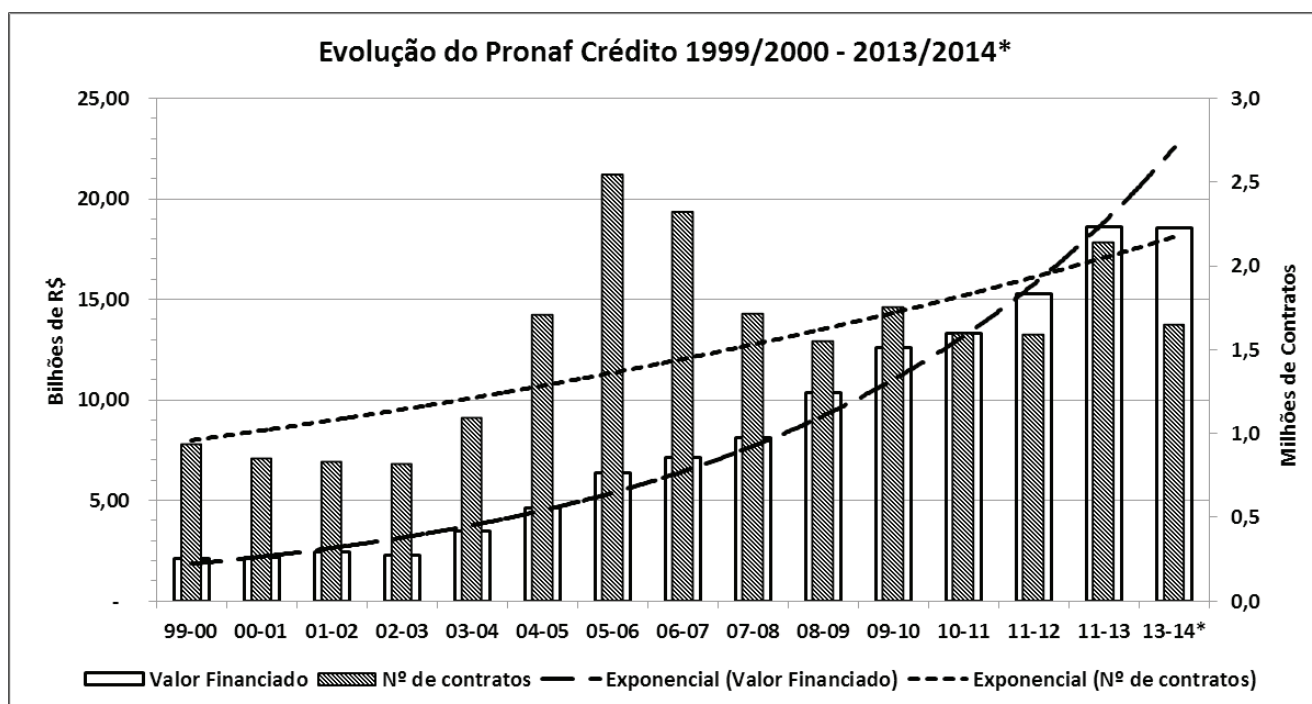
O Plano-Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 26/05/2014, reflete a importância do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no processo de elaboração de pautas qualificadas e na capacidade de negociação de políticas públicas. As medidas anunciadas contribuem para garantir a melhoria das condições de vida e renda de milhões de famílias que vivem do campo, especialmente, agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária, respeitando suas diversidades e especificidades regionais e locais.

A CONTAG considera que os resultados das negociações foram positivos em vários pontos, tais como:

1. Liberação de R\$ 24,1 bilhões para o Pronaf Crédito: Houve um aumento de 14,76% em relação ao Plano-Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 (R\$ 21,0 bilhões), sem aumento das taxas de juros. De acordo com a Presidenta Dilma, esse

valor pode ser ampliado, caso necessário.

A figura abaixo mostra a evolução do Pronaf Crédito, expressando a tendência de crescimento anual do volume dos recursos e do número de contratos. Para esta segunda variável é possível afirmar que o Pronaf também tem se concentrado em contratos de maior valor. Três conclusões podem ser aferidas sobre esta situação. A primeira, diz respeito à introdução da modalidade Mais Alimento, a partir de 2008, que favoreceu a aquisição de máquinas agrícolas, principalmente pelos agricultores familiares mais consolidados. A segunda, refere-se à inclusão de novas famílias, passando-se a admitir o desconto de até R\$ 10 mil na renda externa. Por último, a retomada das negociações de dívidas, em especial sobre individualização de operações grupais ou coletivas, com aval cruzado. Mais de um milhão de famílias devem reingressar como tomadores de recursos do Pronaf Crédito.



2. Criação do Seguro de Renda da Agricultura Familiar (SEAF-Renda): A mudança na metodologia de cálculo do Seguro da Agricultura Familiar promove a elevação de 65% da Receita Líquida Esperada, limitado a R\$ 7 mil, para 80% da Receita Bruta Esperada, com limite de cobertura da renda líquida até R\$ 20 mil. É um grande avanço. Com esta alteração, os principais beneficiados serão os contratos de menor valor. Ao todo, mais de R\$ 7 bilhões em contratos de custeio estarão protegidos por esta modalidade de seguro que, no máximo, custará cerca de R\$ 400 milhões aos cofres públicos, no caso de uma frustração de safra geral. Entretanto, para o governo, a medida valerá apenas para contratos a partir de janeiro de 2015.

A CONTAG discorda e retomará de imediato as negociações com governo federal para garantir a inclusão de todos os contratos da próxima safra nesta modalidade de seguro, mesmo que o sistema bancário ainda não esteja pronto para operá-lo. O argumento é simples: o adicional do Proagro não mudou, continuando em 1% e 2% sobre o valor do contrato, para área da SUDENE e demais regiões do Brasil, respectivamente.

3. Regulamentação da Agência Nacional de ATER (ANATER): A presidenta Dilma assinou o Decreto nº 8.252/2014, que regulamenta a Lei nº 12.897, de 18 dezembro de 2013, que ‘institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e dá outras providências.

Para a CONTAG, não basta a liberação de recursos na qualidade de crédito para o financiamento da produção. É preciso que haja uma ATER com qualidade e em quantidade para atender à demanda de mais da metade dos estabelecimentos da Agricultura Familiar que não recebem qualquer apoio técnico e, portanto, comprometem a produção com qualidade. A CONTAG foi contemplada com a decisão do Governo em garantir a gestão do sistema sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A CONTAG também cobrou, do presidente da Embrapa, maior atenção à agricultura familiar, a quem a pesquisa deveria priorizar, uma vez que se trata de uma instituição pública.

Vale destacar a iniciativa do Governo Federal ao exigir que pelo menos 50% das chamadas de ATER sejam destinadas ao atendimento de projetos sob gestão das mulheres. Ao todo, deverão ser atendidas mais de 800 mil famílias.

4. Financiamento do Plano Brasil Agroecológico: O Plano-Safra 2014/2015 avançará na metodologia de financiamento da produção agroecológica, incluindo investimentos e custeios para sistemas agroflorestais, considerando quaisquer tipos de consorciamentos, ao custo de 1% ao ano. Para essa modalidade, já estão contratados técnicos capacitados para a prestação da assistência técnica, tendo por finalidade o atendimento de todas as famílias que queiram mudar para o sistema agroecológico de produção.

5. Criação da linha especial Pronaf Produção Orientada: A CONTAG voltou a cobrar do governo federal providências em relação a implementação do Pronaf Sustentável, metodologia criada por meio do Decreto nº 6.882/2009, que “instituiu o Pronaf Sustentável”. Uma modalidade que prevê o financiamento da produção com visão sistemática da aptidão produtiva do estabelecimento, das condições socioeconômicas e da capacidade técnico-gerencial da família.

Sua implementação iniciará pelas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste – com recursos dos Fundos Constitucionais – devendo atender com prioridade às demandas e especificidades dessas regiões, inclusive orientando-se pelos princípios da Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica. É um crédito de investimento com teto máximo de R\$ 40 mil por operação, com Assistência Técnica garantida nos três primeiros anos, no valor de R\$ 1.100,00 por ano, incluído na operação do crédito. O valor referente a ATER será descontado a título de bônus de adimplência.

6. Negociação de Dívidas dos Assentados: Com os novos instrumentos de negociação de dívidas, conforme Medida Provisória nº 636/2013, cerca de um milhão de famílias assentadas da reforma agrária deverão ser reinseridas na dinâmica da produção. Serão liquidadas as dívidas do Pronaf A com desconto de 80% e rene-

gociação com bônus de 50% na Região Norte e 45% nas demais regiões. Também serão zeradas as dívidas de crédito instalação até o valor de R\$ 10 mil por beneficiário. Entre R\$ 10 mil e R\$ 12 mil, descontos de 80% para liquidação, e 50% para cada parcela paga até a data de vencimento pactuada.

7. O Programa Garantia-Safra: Serão garantidos recursos para atendimento a 1,35 milhão de famílias, com benefício de R\$ 850,00 para perdas acima de 50% da produção agrícola.

8. Melhorias no Programa de Garantia de Preços na Agricultura Familiar (PGPAF): Denominado PGPAF Mais, no Plano Safra 2014/2015 o programa ampliará a proteção de preço do PGPAF de determinadas culturas. A medida estimula a produção da agricultura familiar, ampliando a oferta de alimentos com estabilidade de preços para o consumidor, inclusive, concedendo um adicional de 30% sobre o percentual de desconto aplicado para o mesmo produto, quando a produção for agroecológica.

A lista de culturas cobertas pelo programa também aumentará para mais de 50. Serão incluídos batata, batata-doce, cará, erva-mate, inhame, mandioca, mel, tomate e carne de caprino e ovino. No Nordeste, a proteção também contemplará a produção de leite.

9. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Prevê a disponibilidade de R\$ 1,2 bilhão, incluindo como nova modalidade a ‘Aquisição de Sementes’, sendo que os limites foram ajustados e passam a ser individualizados, podendo ser acessado pelo mesmo agricultor em todas as modalidades.

10. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: Será garantido R\$ 1,1 bilhão para ser operado, prioritariamente, para os assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e organizações produtivas de mulheres rurais.

11. Infraestrutura Rural: Serão disponibilizados R\$ 84 milhões, com abrangência em 239 Territórios Rurais e da Cidadania, para o Programa de Infraestrutura para Territórios Rurais (PROINF), com o objetivo de apoiar iniciativas de beneficiamento, armazenamento e de comercialização de produtos, além de estruturação e qualificação de serviços públicos locais ou estaduais de armazenamento, transporte, comercialização e outros.

12. Outros avanços do Plano-Safra da Agricultura Familiar 2014/2015:

- a)** disponibilidade de custeio de sistemas de produção agroecológica e orgânica a uma taxa de juros de 1% ao ano para produtores que querem investir na transição agroecológica;
- b)** ampliação do número de operações do Pronaf Jovem de uma para três de até R\$ 15 mil;
- c)** ampliação do limite de cada operação do Microcrédito Produtivo Orientado (Pronaf

B) de R\$ 3,5 mil para R\$ 4 mil, com bônus de adimplência de 25%. Para municípios em situação de emergência pela seca do Semiárido, o bônus será de 40%;

d) aprovação dos recursos destinados ao Projeto Dom Helder Câmara;

e) publicação da Medida Provisória nº 646/2014, que trata do registro e licenciamento de máquinas agrícolas, isentando do registro as máquinas da agricultura familiar que não transitarem em via pública.

MEIO AMBIENTE

1. A publicação dos normativos legais necessários para dar início às ações para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que são o Decreto Nº 8.235, de 5 de maio de 2014, e a Instrução Normativa Nº 2, do Ministério de Meio Ambiente. Com estas medidas, estão abertas a possibilidade de ações dos Estados para a realização do CAR, que começa a contar o prazo de um ano, prorrogado por mais um ano, previsto na Lei 12.651/12.

Dessa forma, a CONTAG convoca todas as Federações a demandar sobre os órgãos ambientais estaduais para estabelecer parcerias e auxiliar a realização do CAR para os 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar.

A Secretaria de Meio Ambiente da CONTAG deflagará, nos próximos meses, um conjunto de atividades visando tornar público para as Federações e Sindicatos os procedimentos operacionais para a realização do cadastro.

2. Serão realizadas as tratativas para a criação de um Grupo de Trabalho com o IBAMA, Ministério Público, INCRA e MSTTR com o objetivo de tratar de forma geral as questões ambientais relacionadas às infrações administrativas ambientais, mais comumente identificadas nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, que conseqüentemente dão causa às multas e embargos aplicados pelos órgãos ambientais.

3. Foi anunciada a medida que aumenta a quantidade de biodiesel na mistura com o diesel, de 5% para 6%, a partir de julho, e 7% para novembro, atendendo a uma reivindicação do Grito da Terra 2014 e consolidando novas possibilidades para a agricultura familiar.

4. Aceitação da proposta de geração de energias alternativas, especialmente a partir da energia solar para o Semiárido, onde já existem linhas de financiamento disponibilizadas pela BNDES por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.267/13 com taxas de 2,3 a 5,5% ao ano. É necessário, porém, um entendimento com os bancos para solucionar o problema de capilaridade que o BNDES não tem.

ASSALARIADOS(AS) RURAIS

- 1.** Garantir seguro-desemprego para os trabalhadores(as) assalariados(as) rurais que trabalham com contratos por prazo determinado, de curta duração e por safra;
- 2.** Criar programa para os assalariados(as) rurais que assegure, no período de entressafra, o recebimento de uma bolsa pecuniária vinculada à escolarização e qualificação, a exemplo do Programa Mão Amiga (Sergipe) e Chapéu de Palha (Pernambuco);
- 3.** Assentamento dos trabalhadores(as) assalariados(as) rurais que perderem seus empregos em razão do processo de mecanização e automação;
- 4.** Garantir aos assalariados(as) rurais acesso aos programas de habitação, readequando as normas para as especificidades deste público;
- 5.** Assegurar aos assalariados(as) rurais, mediante alteração de lei, o direito ao Programa de Integração Social – PIS, independente do vínculo de trabalho ser com pessoa física ou jurídica;
- 6.** Reconhecer o direito dos assalariados(as) rurais ao benefício da aposentadoria mediante comprovação do exercício da atividade rural com base em prova material;
- 7.** Revisão da Tabela do Salário Família para equiparar a remuneração base ao salário mínimo vigente;
- 8.** Manutenção da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo;
- 9.** Priorizar os jovens resgatados do trabalho escravo, ou precário, para a inserção em políticas públicas de formação, geração de renda e trabalho.

Todos os pontos da pauta de Assalariados(as) Rurais ainda está em negociação no âmbito da Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - CNATRE.

JUVENTUDE

- 1. Apoiar a realização do Festival Internacional da Juventude Rural, a ser realizado em Brasília em março de 2015, que tem por objetivo dar visibilidade a realidade da juventude rural latino-americana, promover o debate e proposição em torno dos direitos e políticas de juventude, estimular a troca de experiências entre jovens do campo e valorizar vivências juvenis de esporte e cultura.**

O governo apoiará o Festival, precisando a CONTAG encaminhar um projeto técnico.

2. Elaborar o Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar, tendo por recorte as questões de acesso à terra, organização produtiva, geração de renda, saúde, educação, cultura e lazer para a juventude rural, estabelecendo metas e orçamento que assegurem o desenvolvimento da produção juvenil, especialmente nos assentamentos da reforma agrária, com ênfase na transição e produção agroecológica, a partir da constituição de Grupo de Trabalho que integre representantes de diferentes ministérios e movimentos do campo.

Após um longo processo de diálogo e articulação e diante das dificuldades na elaboração e implementação da Política Nacional da Juventude Rural, a Secretaria Nacional de Juventude articulou esforços na elaboração de um programa emergencial para juventude rural.

O referido programa, que foi intitulado Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, é fruto de uma parceria com órgãos do governo federal, fundações e/ou universidades federais.

O programa tem como objetivo promover ações direcionadas à juventude rural com foco em geração de renda para fortalecer as condições necessárias de permanência dos(as) jovens rurais e da floresta, articulando:

- a)** Formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos;
- b)** Estímulo ao intercâmbio de experiências entre a juventude rural e o governo;
- c)** Acesso a tecnologias sociais;
- d)** Integração e ampliação de políticas públicas que atendam a juventude rural;
- e)** Ampliação do acesso a informações sobre os direitos da juventude rural.

A efetivação do conjunto de ações do programa conta com a parceria da Secretaria Nacional de Juventude/SG, Secretaria da Agricultura Familiar/MDA, Secretaria de Inclusão Digital/Ministério das Comunicações, Secretaria De Cidadania e Diversidade Cultural/Ministério da Cultura, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dentre outros parceiros.

Nesse momento, a Secretaria Nacional de Juventude trabalha no fechamento das ações do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2014.

3. Implementar, em 2014, o Programa de Formação e Organização Produtiva da Juventude Rural com metas e orçamento que garantam a transição e a produção agroecológica juvenil.

O MDA pactuou ações a serem desenvolvidas no Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e que contempla ações como:

- a)** Projeto Formação Agroecológica e Cidadã para Juventudes do Campo, que será executado por seis Universidades Federais dos estados de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Pará e Rondônia, com valor total de R\$ 4,7 milhões com três anos

de execução beneficiando aproximadamente 6 mil jovens nas regiões do Semiárido e Amazônia;

b) Lançamento da ATER para a Juventude Rural;

c) Qualificação da juventude rural para ampliar o acesso ao Pronaf Jovem por meio de integração com o projeto de formação Agroecológica e Cidadã e da ATER para a Juventude.

POLÍTICAS SOCIAIS

PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL NO CAMPO

AVANÇOS:

1. Criação de GT interministerial com a participação da CONTAG, para construir, no âmbito do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma matriz de informações/indicadores sobre direitos humanos de crianças e adolescentes do campo, a partir do cruzamento de dados das bases da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e demais fontes e bancos de dados já identificados no governo federal, em especial do IBGE, DATASUS e MDS. Contemplar no Atlas da Infância Brasileira, em elaboração pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pela SDH, o recorte urbano e rural. Para o ano de 2014, através de um projeto de cooperação internacional com o PNUD, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apoia e constrói os insumos necessários para a concepção da matriz nacional de indicadores em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em consonância com o Sistema Nacional de Direitos Humanos da SDH.

2. A partir de julho, terão início as construções dos módulos de Educação Infantil do Campo no âmbito do PRONACAMPO.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Estabelecer parceria técnica entre a CONTAG e a Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador/ Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde para a realização de ações formativas de educação em saúde e segurança do trabalho (oficinas, seminários, etc), com produção de material audiovisual específico, voltadas para dirigentes, lideranças e assessorias do MSTTR sobre o trabalho infantil na agricultura e as consequências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes do campo.

2. Inclusão na matriz pedagógica das Escolas de Conselhos de conteúdo específico sobre a infância e a adolescência do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

I. PRONATEC

AVANÇOS:

A partir do desdobramento da reunião com o Secretário da SETEC, foi criada uma comissão com o objetivo de trabalhar melhor os ajustes propostos pela CONTAG. A comissão fez uma primeira reunião com a participação do Instituto Federal de Brasília e de Goiânia, do MDA e da CONTAG. Na reunião, foi acordado promover ajustes na proposta considerando os seguintes pontos:

- 1.** Fortalecimento da política de educação do campo voltada para a agricultura familiar e à agroecologia;
- 2.** Ampliação da oferta e assegurar o acesso aos públicos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, priorizando a juventude;
- 3.** Ampliação da rede de ofertantes
- 4.** Utilizar pedagogia da alternância como metodologia de realização dos cursos
- 5.** Assegurar assistência técnica para o público que participar dos cursos
- 6.** Articulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo em base territorial
- 7.** Promover o associativismo, cooperativismo e a agroecologia;
- 8.** Articulação do Pronatec com as ações do PRONACAMPO e PLANAPO;
- 9.** Construir diretrizes para atuação articulada da Rede Federal dos Institutos;
- 10.** Fortalecimento da articulação MEC e MDA;
- 11.** Envolver a Participação EMBRAPA e EMATER
- 12.** Assegurar ajustes na base legal e atos normativos
- 13.** Ampliar os investimentos para a implantação da infraestrutura e os recursos de custeio bolsa formação adequados à realidade do campo
- 14.** Assegurar a contratação de professores(as) com perfil adequado à realidade do campo e com vivência em formação voltada para o desenvolvimento rural, agricultura familiar e agroecologia.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Criar por dentro do Pronatec uma modalidade Pronatec Campo, partindo de um marco legal que permita executar a operacionalização dos pontos acima citados.

II. LICENCIATURAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Serão realizados 5 seminários regionais. O primeiro será em Campina Grande, 15 e 16 de maio. Depois, em 19 e 20 de maio, Belém/PA. O objetivo é aprofundar o debate em torno da necessidade de se agilizar o processo de implementação de cursos de licenciatura de educação do campo.

2. PRONATEC: Foi lançado edital do PROJOVEM Campo Saberes da Terra com 40mil vagas. O objetivo é tentar articular este com o PRONATEC. Na área urbana, já há experiências articuladas entre os dois programas;

3. Formação de Professores: MEC já encaminhou ao CNE solicitação formal para que sejam construídas diretrizes para a formação de professores do campo.

4. Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: SECADI fará uma articulação com a SISU para a liberação dos recursos para a conclusão das obras, demanda do GTB 2013.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Construção de diretrizes que assegurem as bases de sustentação para a licenciatura em educação do campo. O grupo de trabalho de educação do campo está construindo uma proposta.

III PRONERA

AVANÇOS

1. O orçamento de 2013 foi o mesmo valor de 2014, ou seja: 30.000.000,00;

2. Existe uma demanda em 2014 de 5.300.000,00 para atender compromissos já assumidos e 3.000.000,00 para cobrir demandas de novos projetos.

3. É importante que os estados possam encaminhar projetos, mesmo que os valores sejam superiores ao disponibilizado para o período.

4. Será publicado um novo manual do PRONERA, mais simplificado e incorporando informações complementares sobre os participantes.

5. Novo edital: haverá nova chamada pública entre junho e julho de 2014

QUESTÕES PENDENTES:

1. Acompanhar compromisso do Ministério do Planejamento em viabilizar a deman-

da para o apoio aos novos projetos para 2014 no valor de 8.300.000,00

PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVANÇOS:

- 1.** Renovação do Termo de Cooperação Técnica MPS/INSS/CONTAG para a realização do Cadastro do Segurado Especial e da declaração anual de atividade rural, sendo que o MSTTR terá informações semestrais sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais cadastrados(as) em cada município no CNIS-Rural.
- 2.** O INSS comprometeu-se em melhorar o atendimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em relação aos benefícios por incapacidade, dando maior agilidade na realização das perícias médicas nas Agências de Atendimento que apresentam situação crítica.
- 3.** Sobre o reconhecimento dos direitos previdenciários dos segurados(as) especiais a partir das informações que constam nas bases de dados que integram o sistema do CNIS-RURAL, o INSS informou que algumas bases de dados já vêm sendo utilizadas para o reconhecimento de direitos dos trabalhadores que já possuem vínculo com a Previdência, e orientou os sindicatos a continuarem fazendo o cadastro, pois as informações cadastradas serão utilizadas em favor dos segurados.

QUESTÕES PENDENTES:

- 1.** A inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no novo modelo de análise dos benefícios por incapacidade, em que se dispensa a perícia médica para afastamentos do trabalho por período de até 60 dias, dependerá de novos estudos a serem feitos pelo MPS / INSS e que serão debatidos com a CONTAG.
- 2.** Sobre o pleito da CONTAG para que se reconheça o direito dos assalariados(as) rurais ao benefício da aposentadoria mediante a comprovação do exercício da atividade rural com base em início de prova material, foi estabelecida uma agenda com o Ministério da Previdência Social para tratar do tema. Na visão do governo, a proposta apresentada pela CONTAG exige alteração da legislação e precisa ser discutida com outros ministérios do governo.

SAÚDE DOS POVOS DO CAMPO E DA FLORESTA

AVANÇOS:

- 1.** Institucionalização de um grupo composto por todas as secretarias do Ministério da Saúde, Conass e Conasems com o objetivo de avançar e capilarizar a implemen-

tação da Política de Saúde do Campo e Floresta. Este grupo se debruçará sobre o plano operativo da Política, definirá estratégias para obtenção de informações precisas sobre as condições e necessidades de saúde da população do campo, estabelecerá estratégias para levar a discussão para as CIB de CIT, entre outras ações que contribuirão para que a Política de Saúde do Campo, Floresta e Águas não se torne apenas uma carta de intenções, mas que seja indutora de ações específicas para estas populações.

2. Convite para participação da CONTAG na reunião do colegiado ampliado da ANVISA no mês de junho para discutir e encaminhar a reivindicação de fortalecimento e rigidez do papel da agência na regulação, proibição e fiscalização de agrotóxicos.

QUESTÕES PENDENTES:

1. Disponibilização pelo SUS de protetor solar como insumo para a prevenção de câncer de pele para trabalhadoras e trabalhadores na agricultura.

2. Elaboração de estratégia para implementação de atendimento de urgência e emergência nas comunidades e assentamentos rurais, sobretudo nas regiões contempladas pelo Programa Mais Médico.

NOVOS TEMAS PAUTADOS PELO MSTTR NA AGENDA DE NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

1. A democratização e acesso aos meios de comunicação constitui-se numa pauta que pretende assegurar à população rural o pleno acesso à internet e telefonia, e a processos formativos para utilização das novas tecnologias da informação, especialmente para a juventude nas comunidades rurais.

2. O governo informou, nas negociações do GTB/2014, que os planos de telefonia fixa rural, para localidades situadas até 30 km da sede dos municípios devem começar a ser oferecidos pelas operadoras a partir de setembro de 2014, sendo uma das obrigações impostas pelo governo aos vencedores do leilão da telefonia 4G.

SEGURANÇA PÚBLICA PARA O CAMPO

1. O MSTTR reivindica a pactuação em âmbito federal, estadual e municipal de ações e programas articulados de segurança pública para o meio rural que visem à prevenção e repressão a todos os tipos de violência no campo.

SANEAMENTO RURAL

1. O MSTTR vem discutindo a formulação e implementação de um programa nacio-

nal de saneamento básico rural em consonância com a política e plano nacional de saneamento básico, precedido de um diagnóstico específico e definição de orçamento adequado às necessidades do campo. O desafio estabelecido, no momento, é mapear a realidade e propostas de saneamento que possam ser implementadas na área rural.

SAÚDE DO TRABALHADOR E TRABALHADORA RURAL

1. O MSTTR luta pela implantação de um Programa Nacional de Vigilância em Saúde do Trabalhador Rural, articulado com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, com a participação dos trabalhadores(as) rurais, que tenha ênfase na realização da vigilância epidemiológica dos acidentes e intoxicações.

2. As melhorias das condições de saúde do trabalhador(a) no campo também exigem a participação efetiva e o fortalecimento do papel regulador da ANVISA e VISA nos estados.

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR:

1. Proposições que as mulheres trouxeram à mesa, ainda durante a construção do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2013/2014, finalmente foram anunciadas, depois de mais de um ano de debates. São medidas fundamentais que contribuem para o fortalecimento da organização produtiva e autonomia econômica das mulheres.

2. Uma das reivindicações das mulheres rurais presentes na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário era Paridade na Assistência Técnica, ou seja, 50% de atendimento para as mulheres. Agora tornou-se realidade oficialmente comprometida na execução do Plano Safra 2014/2015.

3. Outro anúncio fundamental foi a ampliação das ações de divulgação sobre o crédito buscando efetivar 30% do total de contratos do Pronaf para as mulheres, além da ampliação da operacionalização do microcrédito orientado para mulheres pelos agentes financeiros.

4. As mulheres também avaliam como positivo o fato de que os projetos produtivos das organizações de mulheres agora serão apoiados em financiamentos que terão até 90% de desconto do valor financiado para pagamento.

5. Outra novidade do novo crédito de instalação é a operacionalização via cartão, garantindo agilidade para acessar os recursos, e que inclusive estarão em nome das

mulheres, como forma de garantir maior participação das companheiras nas tomadas de decisão em família.

QUINTAIS PRODUTIVOS:

1. Uma das principais pautas reivindicadas pelas mulheres no Grito da Terra Brasil 2014 foi a necessidade de fortalecimento da organização produtiva das mulheres por meio do apoio ao desenvolvimento de atividades nos quintais produtivos. Ficou estabelecido acordo intersetorial envolvendo Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, e já ampliando o diálogo com o Ministério das Cidades, como possibilidade de fortalecimento dos projetos sociais do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com apoio aos quintais produtivos.

2. Foi iniciado diálogo com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no sentido de discutir formas de ampliação das ações de apoio aos quintais produtivos. Como parte deste compromisso, deverão ser mapeadas possíveis ações em cada região do país de acordo com as suas especificidades. A partir deste diagnóstico e dos mecanismos já existentes, será discutida com a CONTAG a forma de ampliação destas ações ainda neste segundo semestre.

AGROECOLOGIA:

1. Outro resultado importante anunciado no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 foi a definição de 1% de juros para qualquer que seja a linha de financiamento acessada pela agricultura familiar, cujas atividades sejam direcionadas à agroecologia, fortalecendo assim as demais ações planejadas na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Embora a expectativa fosse que, após os trabalhos realizados pelo grupo de trabalho interministerial criado para a elaboração das diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, o processo de pactuação tivesse avançado, isso não ocorreu. O documento elaborado pelo GT ainda é objeto de análise da equipe técnica dos ministérios envolvidos.

Por outro lado, o fato do MEC ter anunciado a criação de módulos de Educação Infantil nas áreas rurais a partir de julho de 2014, no âmbito do PRONACAMPO, deve ser considerado uma conquista. O FNDE comprometeu-se a socializar com a CONTAG a listagem com os municípios aptos e que solicitaram tais módulos. Essa informação é fundamental para que o MSTTR possa realizar efetivamente o controle social, uma que o MEC também já havia anunciado que 419 municípios receberão investimentos na ordem de 800 milhões para a construção de 718 Centros de Educação Infantil via PROINFÂNCIA.

TERCEIRA IDADE

1. Definir diretrizes que assegurem aos aposentados e pensionistas do INSS o direito aos empréstimos consignados por meio da utilização da conta benefício.

Os depósitos dos valores de empréstimos contratados para os aposentados e pensionistas, que recebem por meio de cartão magnético, serão feitos na conta benefício a partir da implantação do sistema de Empréstimo Consignado Online – ECO que está sendo desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social – DATAPREV.

2. Implementar o disposto no artigo 22 do Estatuto do Idoso, que trata da inserção de conteúdos do processo de envelhecimento da população brasileira nas grades curriculares em todos os níveis de ensino.

Os currículos descritos nesta lei são as matérias básicas obrigatórias a que estão vinculados os diversos níveis de ensino que são oferecidos pelo Estado e estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação. Essa demanda já está sendo analisada pelo Ministério de Educação.

3. Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

A Secretaria de Direitos Humanos se comprometeu em realizar ações articuladas entre os ministérios afins para coordenar, articular, pactuar e monitorar as responsabilidades no âmbito intra e inter-governamental no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Criar um conselho para garantia permanente de diálogo sobre políticas e negociações internacionais, assegurando a participação da CONTAG e dos demais movimentos sociais, para tratar especialmente das ações e das oportunidades e dos impactos na agricultura familiar.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que já está tramitando na Secretaria-Geral da Presidência da República a proposta de conselho consultivo para que este seja um espaço de informação, de consulta e de planejamento das ações do MRE no Brasil e nos espaços de cooperação. Também foi destacado que o Itamaraty já mantém diálogo com a sociedade civil no âmbito do processo de elaboração de suas posições internacionais, em consonância com as diretrizes de política externa emanadas da Presidência da República.

2. Assegurar projetos de cooperação, de forma que garanta a participação efetiva da sociedade civil dos países envolvidos, como o apoio à Cooperação

Sociedade Civil x Sociedade Civil específicos entre a CONTAG e as organizações da agricultura familiar dos países envolvidos na Cooperação Sul-Sul, em especial com a PAFO – Organização Panafricana de Agricultores, ROPPA – Organização de Agricultores da África do Oeste, a AFA – Associação dos Pequenos Agricultores da Ásia e a COPROFAM no âmbito da América Latina.

O MRE respondeu que apoiará o desenvolvimento de projetos de cooperação e que é possível financiar a participação de representantes da sociedade civil em negociações, reuniões e ações internacionais e projetos de cooperação sobre segurança alimentar e nutricional, cooperação humanitária e combate à pobreza. Com base na experiência brasileira, o Programa PAA África prevê o engajamento e participação da sociedade civil, e proporciona espaços de diálogo entre os beneficiários do programa, representações nacionais, regionais e internacionais da sociedade civil.

